



## **Caderno de Resumos do I Seminário “A Filosofia e a Sociologia na Educação Profissional” do CEFET-MG**

Belo Horizonte, agosto de 2017

## Sumário

Apresentação .....	3
Programação das Comunicações .....	4
MESA Ocupações Estudantis e Movimentos Sociais .....	7
MESA A Contrarreforma do Ensino Médio .....	10
MESA A Filosofia e a Integração na Educação Profissional .....	14
MESA Concepções do Ensino de Filosofia .....	16
MESA Ultrapassando Antinomias: Teoria e Prática, Mente e Corpo, Autoridade e Autonomia .....	19
MESA Concepções do Ensino de Sociologia.....	22

## Apresentação

A **Semana Acadêmica de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG** é um evento organizado anualmente pelo Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, voltado para a formação crítica dos alunos e alunas dessa instituição, nos níveis médio (ensino médio integrado e ensino técnico) e superior (graduação e pós-graduação). Este ano, em sua terceira edição, o evento terá como tema “A Contrarreforma do Ensino Médio”, e vai abranger, também, em sua programação, o **I Seminário “A Filosofia e a Sociologia na Educação Profissional”**, voltado também para a comunidade externa. A ideia é a de ter apresentação de trabalhos e relatos de experiências, além de uma plenária em defesa da Educação Profissional integrada de alta qualidade no Brasil. A principal motivação do Seminário é criar um espaço periódico de discussão, demarcação e defesa da Filosofia e Sociologia como campos de conhecimento. No contexto atual de instabilidade política, crise das instituições e ofensivas concretas contra a educação pública, gratuita e de alta qualidade, esse evento é de suma importância por propiciar, além de um espaço de reflexão acadêmica, um locus de resistência ao rebaixamento da qualidade da educação básica e superior no país e, particularmente, nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Comissão Científica e Organizadora:

Profa. Dra. Ana Lúcia Barbosa Faria (CEFET-MG)  
Prof. Dr. Bráulio Silva Chaves (CEFET-MG)  
Prof. Dr. Davidson de Oliveira Rodrigues (IF-Sul de Minas)  
Profa. Dra. Debora Pazetto Ferreira (CEFET-MG)  
Prof. Dr. Igor Mota Morici (CEFET-MG)  
Profa. Dra. Maria Rita Neto Sales Oliveira (CEFET-MG)  
Prof. Me. Rone Eleandro dos Santos (CEFET-MG)  
Prof. Me. Samuel França Alves (CEFET-MG)  
T.A. Me. Carlos Augusto Ribeiro Ferreira (CEFET-MG)

## Programação das Comunicações

Local: Auditório do Campus I do CEFET-MG

23.08.2017 – Quarta-feira

**14:00h – 16:00h** – Mesa “Ocupações Estudantis e Movimentos Sociais”:

Antelmo da Silva Junior (IFES)

**“Ocupações secundaristas em 2016: interseções entre o movimento e outras lutas no Brasil no mundo”**

Eliana Barretto de Menezes Lopes (IFBA/Campus Vitória da Conquista)

**“A contrarreforma do ensino médio: antirreforma e construção da cidadania”**

Fabiano Rosa de Magalhães (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Araçuaí)

**“O movimento OCUPAIF no IFNMG: Organização estudantil no contexto das reformas da educação pública brasileira”**

**16:00** – COFFEE BREAK

**16:20h – 18:20h** – Mesa “A contrarreforma do Ensino Médio”:

Antonio Meneses Filho (CEFET-MG)

**“A educação profissional e tecnológica: um campo de disputas e contradições**

Isadora Cunha Pimentel, Ana Carolini Barreto e Isabela dos Santos Dias Gonçalves (UFMG)

**“Reforma do ensino médio: análise bibliográfica e documental sobre ensino médio”(1996-2017)”**

Nívia Rodrigues Pereira (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC Minas)

**“O uso das fontes e das falas como estratégias discursivas: Um estudo de caso das matérias publicadas nos sites das revistas Caros Amigos e Carta Capital sobre a reforma do ensino médio”**

Rafaela Campos Duarte Silva e Savana Diniz Gomes Melo (Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG)

**“O sentido e as implicações da contrarreforma do ensino médio”**

Williard Scorpion Pessoa Fragoso (Instituto Federal de Tecnologia do Sertão Pernambucano)

**“A reforma do ensino e a falência da liberdade”**

**19:00h** – Plenária: “Em defesa da Educação Profissional de alta qualidade no Brasil”

24.08.2017 – Quinta-feira

**08:40h – 10:30h** – Mesa “A Filosofia e a integração na Educação Profissional”:

Allane de Souza Pedrotti, Felipe Gonçalves Pinto, Maicon Azevedo, Mônica de Castro Britto Vilardo e Rachel Barcelos da Cruz (CEFET-RJ)

**“Educação Profissional em Pauta: reflexões sobre a experiência do I Encontro Intercampi de Educação Profissional do CEFET/RJ”**

Haroldo de Vasconcelos Bentes, Doris Campos Mendonça e Gisela Fernanda Monteiro Danin (IFPA/Campus Belém)

**“Práticas inovadoras no ensino médio integrado: cidadania e profissionalização”**

**10:30** – COFFEE BREAK

**10:50h – 12:40h** – Mesa “Concepções do Ensino de Filosofia”:

Bruno Rafael Camargos de Oliveira (IFMG/Campus São João Evangelista)

**“A Filosofia e seu papel político na escola”**

Francisco das Chagas Pereira e Margarethe Steinberger-Elias (UFABC)

**“A compreensão textual nos manuais didáticos de filosofia”**

James Jesuino de Souza (IFPA)

**“O ensino de Filosofia no Ensino Médio Técnico e Tecnológico: a *tékhnē* filosófica como questionamento da experiência com a técnica e possibilidade para aulas oficinas de pensamento”**

José Costa Júnior (IFMG/Campus Avançado de Ponte Nova)

**“Entre problemas e história: O ensino de filosofia em cursos técnicos integrados”**

**25.08.2017 – Sexta-feira**

**14:00h – 15:50h** – Mesa “Ultrapassando antinomias: teoria e prática, mente e corpo, autoridade e autonomia”:

Angelo Anderson Andrade Coimbra e Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (Pós-Graduação em História, UFMG)

**“Relato de experiência: dilemas e desafios no ensino de sociologia e filosofia”**

Cíntia de Oliveira Teixeira Sousa (CEFET-MG)

**“O lugar do corpo na Educação Profissional Tecnológica: possibilidades para uma educação integradora”**

Cleyton Murilo Ribas (IFSC)

**“Filosofia como instituição reacionária: A viabilidade de uma base argumentativa para o ensino profissional”**

Elton Basílio de Souza e José Geraldo Pedrosa (CEFET-MG)

**“O saber-fazer na pós-modernidade: refletindo sobre a educação profissional através do pensamento de Richard Sennett e Donald Schon”**

**15:50** – COFFEE BREAK

**16:10h – 18:30h** – Mesa “Concepções do Ensino de Sociologia”:

Davidson de Oliveira Rodrigues (Instituto Federal do Sul de Minas/Machado)

**“Sociologia nos cursos técnicos em Agropecuária: desnaturalizando a relação campo-cidade”**

Fábio Boscaglia Pinto (IFES)

**“Sociologia e Empreendedorismo: duas visões dentro da educação profissional”**

Fernanda Aparecida Costa Santos, Lavínia Apolyane Costa e Mariana Lara de Oliveira (Graduação em Engenharia Civil – IFMG/Campus Avançado Piumhi)

**“Flores em Canteiros: relações de gênero e formação profissional na construção civil – breve experiência sociológica”**

Nayara de Amorim Salgado (Pós-Graduação em Sociologia – Mestrado, UFMG)

**“A Sociologia e suas principais contribuições epistemológicas para a formação tecnológica na modernidade”**

Patrick Dias Guimarães (SEE-MG)

**“A Sociologia no ensino médio: expectativas e desafios”**

## MESA Ocupações Estudantis e Movimentos Sociais

Antelmo da Silva Junior (IFES)

**“Ocupações secundaristas em 2016: interseções entre o movimento e outras lutas no Brasil e no mundo”**

Orientador: Davis Moreira Alvim

Os movimentos de luta pela moradia e de luta pela terra já haviam demonstrado, apesar dos reduzidíssimos avanços alcançados nestas áreas, que os processos de ocupação seriam uma ferramenta estratégica para dar visibilidade a estas questões, forçando a abertura do debate na sociedade. Embora desde o início destas ações a mídia hegemônica tenha criminalizado através de reportagens e editoriais, movimentos como o MST (movimento dos trabalhadores sem terra) e MTST (Movimento dos trabalhadores sem teto), o acesso às redes sociais ofereceram a estas lutas uma possibilidade que antes não existia: O direito ao contraditório, presente no universo da legislação brasileira e que sempre fora negado a essas organizações, oferecendo a possibilidade de através de produção de vídeos e matérias veiculadas nas redes sociais levar ao cidadão “Mediatizado” informações que contrapunham o discurso da mídia, em uma escala que seria impossível de ser alcançada através de panfletagens e pequenos jornais que sempre foram as formas de comunicação destes movimentos. Na esfera internacional movimentos como a ocupação da praça Tahrir, em 2011, organizado pelas redes sociais e que teve como resultado a Queda do Governo de 30 anos de Hosni Mubarak inspiraram pessoas em várias partes do planeta a se organizarem na luta pelos contra as violações de seus direitos. Nesse cenário surgem no Brasil as ocupações das escolas públicas no ano de 2015 no Estado de São Paulo e em 2016 em todo o Brasil, a forma como esses jovens utilizaram essa forma de ação política, que diferente da ação política tradicional organiza-se de maneira horizontal, sem a imposição de lideranças, assim como o movimento da praça Tahrir e tantos outros, trouxe consigo, além da potência e capacidade de reinventar-se dessa estratégia, uma discussão necessária sobre a participação popular nos processos decisórios das cidades. O trabalho pretende analisar quais as formas de organização ocorreram nas ocupações secundaristas, como as mobilizações saíram do campo do discurso para a ação direta, onde estas ações se encontram (quais são as interseções entre elas) com os movimentos ocorridos no Brasil e em outras partes do mundo, aprendizados do movimento.

\*

Eliana Barretto de Menezes Lopes (IFBA/Campus Vitória da Conquista)

**“A contrarreforma do ensino médio: antirreforma e construção da cidadania”**

A Reforma do Ensino Médio, promulgada por Medida Provisória e posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República no início de 2017, pode ser considerada uma antirreforma, nas palavras de Daniel Cara, coordenador da Campanha pelo Direito à Educação, em entrevista à revista Carta Capital, em fevereiro de 2017, desconstruindo propostas que a Lei de Diretrizes e Bases, segundo o autor, tão duramente construiu e consolidou nas últimas décadas. Para além do caráter autoritário do processo decisório, sem um amplo chamamento participativo para sua construção, e da tendência a proporcionar percursos formativos a amplas parcelas da população, conforme o seu lugar na estrutura social, a reforma foi proposta como um instrumento de combate à conquista ampliada de direitos a segmentos populacionais marginalizados desse processo. No Brasil, conforme observado por Holston (2013), a cidadania foi historicamente utilizada como mecanismo específico para a distribuição de

desigualdades, quadro este que passa por modificações significativas a partir da produção das cidades pelas camadas periféricas ao se apropriarem, na perspectiva dos direitos, do que elas oferecem. Essas novas relações entre Estado e sociedade ocorrem no âmbito da disputa entre aqueles que se encontram no polo da cidadania entrincheirada e os que se insurgem contra o status quo, conflitos esses que contribuem para a democratização da cidadania brasileira. A educação é um dos fatores essenciais nesse contexto de disputa, já que a partir dela parcelas das classes trabalhadoras podem não somente se colocar na posição de cidadãos insurgentes ao instituído, mas, muitas vezes, se inserir em estruturas que se abram para possibilitar a mobilidade social, rompendo com traços característicos das sociedades de castas. Assim, na construção do processo democrático, mais do que se pensar em um caminho linear e harmônico, é necessário que se considerem os processos disjuntivos como também constituintes de avanços processuais, ainda que pontualmente sejam vislumbrados como retrocessos. Nesse sentido, pode-se mencionar o intenso processo de mobilização dos secundaristas em oposição à proposta de Reforma do Ensino Médio, ainda no ano de 2016, com efeitos fundamentais à formação crítica e questionadora desses estudantes no âmbito da cidadania. É no movimento das contradições que a dimensão formativa e inerentemente crítica das disciplinas de Sociologia e Filosofia revela a sua força, seja através das ações diretas dos estudantes secundaristas nos processos de ocupação e resistência, seja nas suas contribuições para a construção da cidadania a partir das insurgências cotidianas e no contexto das questões sociais mais abrangentes.

\*

Fabiano Rosa de Magalhães (Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Araçuaí)

### **“O movimento OCUPAIF no IFNMG: Organização estudantil no contexto das reformas da educação pública brasileira”**

Apesar de alguns analistas terem apostado no fim de movimentos organizados ou o fim da política num sentido mais amplo, a segunda década dos anos 2000 já pode ser marcada por alguns movimentos que começam a irradiar para diferentes pontos, como a chamada Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street em 2011, e as grandes mobilizações de rua em 2013, no Brasil. Esses movimentos, embora tenham características distintas, conduziram às ruas a multidão de manifestantes. Nesse cenário é que surge o movimento OcupaIF, ocupando as escolas. De fato, o ano de 2016 fora marcado por intensas mobilizações políticas, polarizando-se em torno do Impeachment da Presidente Dilma. As ruas foram palco de intensos embates ideológicos. A direita unificou-se em torno de símbolos pátrios e atuando no plano da moralidade e ética na política, agregando ataque aos símbolos e pautas defendidas pela esquerda. A esquerda, por sua vez, se articulou em torno da defesa das instituições democráticas, ressaltando o caráter golpista que cercava a cena política do Impeachment. Não obstante, a novidade com relação aos movimentos ficou por conta dos Ocupe, movimento liderado pelos estudantes, que tomou como linha de ação a ocupação das escolas, como forma de questionar, dentre outras coisas, o Projeto de Emenda Constitucional 241 – a PEC dos gastos. Outros questionamentos se dirigiram contra o Projeto Escola Sem Partido, além da proposta de Reforma do Ensino Médio. Esses enfrentamentos chegaram aos Institutos Federais, num movimento denominado OcupaIF. A particularidade desse movimento é que ele somava ao repertório acima mencionado, a defesa dos Institutos Federais, já que aquelas medidas trariam consequências diretas para a Rede Federal de Ensino. No âmbito do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) esse movimento iniciou-se no Campus Salinas espalhando-se para os demais campi. Os campi Salinas, Januária,

Pirapora e Arinos mantiveram as ocupações até meados de novembro de 2016, culminando com a ocupação da Reitoria. Buscamos conhecer o desenrolar do movimento a partir dos estudantes, enfocando os processos de tomada de consciência política e a própria vinculação com as questões mais amplas, como a pauta da democratização da escola e a defesa da educação pública, colocadas no processo pedagógico de aprendizagem na ação. . A utilização das redes sociais foi parte essencial da articulação política dos estudantes. Através das redes se dava a promoção de novas ocupações e a confecção de materiais de discussão, elaborados ao calor dos acontecimentos. Inicialmente as pautas estavam circunscritas aos projetos legislativos acima mencionados. Não obstante, novas demandas foram incorporadas, tais como a temática de gênero e a democracia. Em alguns casos essas pautas foram incorporadas a partir de conflitos com grupos críticos às ocupações, constituindo o movimento Desocupe, a partir de orientações claramente vinculadas ao Movimento Brasil Livre (MBL).

## MESA A Contrarreforma do Ensino Médio

Antonio Meneses Filho (CEFET-MG)

**“A educação profissional e tecnológica: um campo de disputas e contradições (1996-2017)”**

Orientadora: Maria Adélia da Costa

O presente artigo tem por objetivo discutir e problematizar as políticas sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo em vista às reformas educacionais na área, no contexto brasileiro da década de 1996 (LDB nº 9.394) a 2017 (Lei 13.415), do governo Temer. De natureza bibliográfica e documental, com base em Gil (2002), fundamenta-se teoricamente em Costa (2016), Machado (2008b; 2008b), Franco (2008); Frigotto, Ciavatta e Ramos (2015), Frigotto e Ramos (2016); Oliveira, M. (2010; 2011), dentre outros. Inicia-se a discussão na década de 1990, tangenciada pelo neoliberalismo, alicerçada pelo capital, na qual se imergem claramente as disputas sobre a educação, sobretudo a EPT, quando se institui a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/1996, porém, sem materializar uma política de formação de professores para a EPT. Nesse sentido, esse campo educacional sempre careceu de marcos regulatórios, de modo que perenizasse a licenciatura como formação inicial para o exercício da docência, o que implica dizer que historicamente foi marcado pela ausência de políticas sólidas (COSTA, 2016; MACHADO, 2008<sup>a</sup>; 2008b). Nesse sentido, entende-se que as políticas para a EPT são marcadas por políticas aligeiradas, provisórias, especiais, uma vez que, para o exercício da docência na EPT, basta ter o “notório saber” das disciplinas técnicas, explicitado também pela “nova” (contra) reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Assim, neste artigo, tem-se o ponto de partida a LDB nº 9.394/1996, problematizando o Decreto nº 2.208/1997, a Resolução nº 02/1997, a Resolução 06/2012, a Resolução 02/2015 e a Lei 13.415/2017. Constata-se a flexibilidade das políticas para a EPT e o não interesse dos governos em não materializá-las, sobretudo os da década de 1990 e 2017, cuja base é alicerçada nas políticas neoliberais, de cunho mercadológico. Ou seja, a EPT, para os interesses do setor produtivo, deve formar para a empregabilidade, de acordo com a proposta do Ministério da educação (MEC). Nesse sentido, entende-se que as discussões e debates sobre a formação de professores para a EPT, nesse marco temporal de 21 anos, é um campo de disputas e contradições, uma vez que, para a educação básica regular, a LDB obriga a licenciatura como formação inicial, enquanto para a EPT, a mesma legislação a faculta, cuja formação é tangenciada por cursos considerados emergenciais, aligeirados, especiais.

\*

Isadora Cunha Pimentel, Ana Carolini Barreto e Isabela dos Santos Dias Gonçalves (UFMG)

**“Reforma do ensino médio: análise bibliográfica e documental sobre ensino médio”**

Orientadoras: Adriana Duarte, Juliana Batista dos Reis, Shirlei Sales

O Ensino Médio (EM) no Brasil, última etapa da educação básica, tem sofrido frequentes reformas nas últimas duas décadas propostas pelos governos nacionais ou de iniciativa dos próprios estados federativos, responsáveis constitucionalmente por essa etapa da educação básica. Essas reformas têm se concretizado por meio de dispositivos legais: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, pareceres e por meio de proposições de programas e de projetos. Em 2016 foi proposta nova reforma para essa etapa da educação básica, durante o mandato do Presidente Michel Temer, via Medida Provisória – instrumento concebido na CF/1988, mas que deveria ser utilizado somente em

situações de emergência, indicando excepcionalidade, o que não era o caso. Essa reforma foi aprovada pelo Congresso Nacional em 16 de fevereiro de 2017 e promulgada pela Lei 13.415, sem considerar o quadro geral do Ensino Médio atual, a necessária discussão com a comunidade escolar, as pesquisas já desenvolvidas na área, as condições de trabalho dos docentes e infraestrutura existente hoje nas escolas. Dentro desse contexto, o seguinte trabalho se apresenta enquanto desdobramento da proposta coletiva de investigação: “A reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/2017: percursos das redes estaduais de ensino”, proposta pelo Grupo EMPesquisa – Ensino Médio em Pesquisa. O projeto tem como objetivo acompanhar, a partir de 2017, a formulação e implantação da reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei 13.415 de 16/02/2017, sancionada pelo presidente da república Michel Temer. Nesse sentido, e a partir do material produzido na fase inicial desta investigação, temos como objetivo descrever o panorama do Ensino Médio Regular, por meio de dados do INEP/Censo Escolar da Educação Básica (2016 e 2015) e do IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2015), trazendo aspectos relativos às matrículas, taxas de rendimento, condições de trabalho e infraestrutura escolar. Além disso, este trabalho debruça-se sobre a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o Ensino Médio brasileiro no que diz respeito a: (1) Avaliação; (2) BNCC; (3) Currículo; (4) Educação Integral; (4) Educação Profissional; (5) Ensino Médio Noturno; (6) Financiamento; (7) Gestão; (8) Juventudes/Jovens; (9) Políticas/Projetos/Programas; (10) Trabalho Docente; a fim de demonstrar qual panorama se encontra o Ensino Médio brasileiro, no qual essa política pública vai ser implementada.

\*

Nívia Rodrigues Pereira (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC Minas)

**“O uso das fontes e das falas como estratégias discursivas: Um estudo de caso das matérias publicadas nos sites das revistas Caros Amigos e Carta Capital sobre a reforma do ensino médio”**

Orientadora: Maria Ângela Mattos

O jornalismo participa da construção do conhecimento social ao mediar a realidade e legitimar a cultura, os papéis sociais, as relações de poder, entre outros. O mundo “conhecido” e “real” do “homem da rua” (Berger e Luckmann, 1985), hoje, parte também do que é visto/lido/ouvido nos meios de comunicação pelo sujeito e por seus pares, que partilham essa vivência e contribuem para a formação da esfera pública. Segundo Traquina (2002), a práxis da notícia jornalística depende do acontecimento, das rotinas produtivas, das narrativas que orientam os jornalistas, dos constrangimentos impostos aos profissionais e outras tantas categorias definidas socialmente. E, se o acontecimento é o primeiro passo para a construção da notícia, as fontes são o seu elemento estruturante, já que atuam como instâncias agenciadoras e mediadoras entre o jornalista e o fato, contribuindo para a construção da realidade difundida pela imprensa. Pesquisa realizada em 2004 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) e pelo Ministério da Educação (MEC) identificou que a educação foi o tema social de maior destaque na mídia impressa no período, que jornalistas ouviram poucas fontes e que os governos são os principais geradores de notícias sobre educação. No cenário político e educacional atual é premente analisar o papel da mídia, em especial a progressista, diante das polarizações e das análises superficiais provocadas pelo advento das mídias sociais digitais. Este estudo busca identificar os contratos de leitura/comunicação, por meio das estratégias discursivas, estabelecidos pelos sites das revistas Caros Amigos e Carta Capital com seus públicos, por meio das escolhas de fontes e falas nas matérias

relacionadas à reforma do ensino médio brasileiro proposta pelo Governo Federal e sancionada em 16 de fevereiro de 2017. Os contratos são constituídos pela formação de vínculos que reafirmam a construção identitária da mídia e a intencionalidade quanto à relação que se quer estabelecer, além de criar um reconhecimento por parte do receptor. Para tanto, é necessário o estabelecimento da arquitetura desses vínculos, baseados em regras e estratégias próprias. A maneira como o texto se apresenta, diz muito sobre os papéis exercidos no endereçamento da mensagem e no processo dialógico da comunicação.

\*

Rafaela Campos Duarte Silva e Savana Diniz Gomes Melo (Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG)

### **“O sentido e as implicações da contrarreforma do ensino médio”**

Orientadora: Savana Diniz Gomes Melo

O presente estudo busca relacionar a Lei nº 13.415, sancionada por Michel Temer no ano de 2017, ao PL nº 6.840/2013 e as demais leis e programas que impactaram o Ensino Médio desde o ano de 1996. De forma geral, busca-se neste texto esclarecer os objetivos e os significados das atuais medidas preconizadas e inferir sobre a relação das alterações propostas com projeto de nação e de educação ansiados. A pesquisa realizada aponta que a educação vem sofrendo mudanças significativas na sua forma, configuração e função desde a década de 1990, induzidas pela modificação do papel do Estado, em consonância com os requerimentos da reestruturação do capital e do setor produtivo. O enxugamento da máquina do Estado implicou sob a educação um processo de flexibilização do processo e rigidez da avaliação, alterações na gestão, financiamento, avaliação, currículo, docência, formas de controle, e em outras áreas do processo educativo. Sob o viés da eficiência, a educação passou a ser compreendida como um serviço com oferta não exclusiva do Estado, abrindo-se os caminhos variados e cada vez mais profundos para a privatização da educação. Como resultado do estudo, infere-se que o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), criado no ano de 2009 pelo Ministério da Educação (MEC), constitui a ponta de lança das ações que buscam reformar o Ensino Médio no Brasil, no contexto atual. O programa, a partir de suas diretrizes e orientações, buscou regular essa etapa de ensino no país, a partir da adoção da política de incentivo para que os Estados promovam reformas em suas redes de ensino, tendo em vista o redesenho curricular proposto pelo documento orientador do programa. Seu objetivo foi induzir a criação de políticas públicas locais que estados. As reformas empreendidas no Ensino Médio, compreendidas entre 1996 a 2016, são marcadas pela ausência de participação dos docentes e representam, em sua essência, a manutenção da dualidade estrutural do ensino, representada pela oferta do ensino propedêutico voltado para os filhos da elite, e do ensino profissionalizante com o objetivo de formar mão de obra para garantir a manutenção e a consolidação do sistema capitalista. O novo Ensino Médio aprofunda ainda mais essa dualidade, agora sob novos argumentos e novos mecanismos. Sua formulação se mostra mais claramente como no sistema capitalista em seu estágio atual. Dessa forma, o Ensino Médio cumpre o papel de formação para o trabalhador segundo os interesses mais imediatos do setor produtivo, sendo abandonado até mesmo o discurso de sua finalidade de formar um cidadão apto a produzir mudanças no mundo do trabalho e na sociedade, tal como preconizado na LDBEN/1996.

\*

Williard Scorpion Pessoa Fragoso (Instituto Federal de Tecnologia do Sertão Pernambucano)

**“A reforma do ensino e a falência da liberdade”**

Trata-se de mostrar como a reforma da educação do atual governo brasileiro utiliza a ideia da escolha para, na verdade, criar uma falsa noção de liberdade que acaba por referendar a alienação como elemento estruturante da educação brasileira. Os discentes são privados de experiências pedagógicas fundantes nos sentidos emocionais, racionais, políticos e criativos; exercícios sem os quais os imperativos de automação da lógica de mercado tornar-se-ão naturalizadamente incontornáveis. A exigência unilateral de estar preparado para o mercado de trabalho sufoca uma preparação para a vida, própria de uma abertura crítico-criativas proporcionada pela sociologia, pelas artes e pela filosofia. Neste sentido, o “espírito brasileiro” corre o risco de tornar-se empobrecidamente laborativo a partir de uma queda no círculo vicioso entre satisfação das necessidades materiais mais imediatas, do entorpecimento do corpo através do entretenimento alienado e da explosão interna das ansiedades epidêmicas que tem gerado uma miríade de patologias psiquiátricas. A escolha formal propagandeada pelo marketing governamental está em vias de decretar a falência da liberdade.

## MESA A Filosofia e a Integração na Educação Profissional

Allane de Souza Pedrotti, Felipe Gonçalves Pinto, Maicon Azevedo, Mônica de Castro Britto Vilardo e Rachel Barcelos da Cruz (CEFET-RJ)

### **“Educação Profissional em Pauta: reflexões sobre a experiência do I Encontro Intercampi de Educação Profissional do CEFET/RJ”**

Através deste trabalho pretendemos compartilhar a experiência de organização do I Encontro Intercampi de Educação Profissional (I EIEP) do CEFET/RJ, bem como apresentar o resultado de um primeiro esforço de mapeamento e reflexão sobre os temas, concepções e discussões trazidas à cena durante o evento. Nas últimas décadas, o CEFET/RJ cresceu consideravelmente, expandindo suas unidades para vários municípios do estado do Rio de Janeiro e, atualmente, constitui uma rede de oito campi (Maracanã, Maria da Graça, Valença, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Itaguaí, Petrópolis e Nova Iguaçu). A educação profissional técnica de nível médio é oferecida em sete campi e hoje conta com um total de dezessete cursos, na modalidade integrada ao ensino médio. A expansão da rede federal de educação profissional, na última década, ocorreu em um contexto de importantes processos e momentos de revisão da educação básica, especialmente no que toca à educação profissional, tanto no âmbito da legislação quanto no das políticas públicas. Com as mudanças que atravessaram a instituição surgiram dúvidas, inquietações e disputas de ordem teórica e prática. Foi, então, fundamental que se criassem espaços para que estas reflexões fossem discutidas publicamente na comunidade escolar. Sendo assim, baseando-se em princípios balizados em diretrizes para a Educação Profissional Tecnológica (EPT), os estudos que vêm sendo realizados na instituição encontram bases conceituais e metodológicas que conduzem à reflexão de uma educação que ultrapassa a prática meramente aplicada, trazendo o conceito de pensar sobre o fazer e sobre a sua concepção. A partir desta perspectiva, a interação entre os servidores dos diferentes campi se torna uma necessidade para a construção de uma Educação Profissional e Tecnológica capaz de responder aos desafios do nosso tempo. O EIEP é um encontro planejado para viabilizar o diálogo intercampi sobre a Educação Profissional no CEFET/RJ. O Ensino Integrado, por ser uma modalidade implementada recentemente em praticamente todos os campi, foi o tema escolhido para o primeiro encontro, uma vez que suscita questões relevantes para o nosso desenvolvimento, tais como “O que é integração?”, “Por que integrar?” e “Como integrar?”. O Encontro traz como objetivos possibilitar a troca de experiências sobre as práticas pedagógicas de integração que já vem sendo realizadas na Instituição e a culminância de um processo de discussões coletivas entre professores e equipe pedagógica dos diversos campi do CEFET/RJ. As reflexões vêm ocorrendo ao longo do 1º semestre de 2017, por intermédio de atividades locais prévias ao evento. Neste sentido, o encontro pretende levantar aspectos fundamentais que caracterizam as práticas educacionais vivenciadas por servidores da instituição na perspectiva do Ensino Integrado, a fim de contribuir para a construção coletiva e permanente do Projeto Político Pedagógico institucional para a Educação Profissional e Tecnológica no CEFET/RJ.

\*

Haroldo de Vasconcelos Bentes, Doris Campos Mendonça e Gisela Fernanda Monteiro Danin (IFPA/Campus Belém)

### **“Práticas inovadoras no ensino médio integrado: cidadania e profissionalização”**

Orientador: Haroldo de Vasconcelos Bentes

O objetivo deste artigo é apresentar práticas pedagógicas inovadoras no Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA), Campus Belém como elementos constitutivos da formação cidadã e profissional dos alunos, ancoradas no Projeto de Ensino e Pesquisa “Práticas Cidadãs nos Espaços Escolares”. O projeto tem como objetivo geral, na versão desde 2009, propor práticas e estratégias cidadãs, de natureza ético-educativa, visando melhorias nos espaços escolares. A versão 2016, objeto desta discussão, a partir de metodologia interventiva, com ações interdisciplinares no âmbito da cidadania e da profissionalização média-técnica, nos cursos de informática e química, 2º ano. As estratégias de ensino e pesquisa inovadoras seguiram alinhamentos com os conteúdos da disciplina Filosofia, e matrizes curriculares dos dois cursos, à luz da concepção de formação integral. Os resultados apontaram que as ações do projeto ampliaram conceitos da ética, da moral e da liberdade; alargaram a compreensão sobre os processos da autonomia e heteronomia; e auxiliaram no desenvolvimento de habilidades, além de indicadores escolares relacionados ao mundo do trabalho e à boa convivência interpessoal.

## MESA Concepções do Ensino de Filosofia

Bruno Rafael Camargos de Oliveira (IFMG/Campus São João Evangelista)  
**“A Filosofia e seu papel político na escola”**

Não podemos negar que a reflexão acerca da prática pedagógica sobre a disciplina de Filosofia no ensino médio seja importante. Muito se tem discutido sobre os “como”, “para quê” e “que” do ensino de filosofia no nível médio. Mas, é igualmente importante refletirmos sobre o papel não só pedagógico, mas também político, epistemológico e axiológico que a filosofia pode e deve desenvolver dentro da instituição de ensino, repensando as relações entre uma quase miríade de disciplinas presentes no currículo e, também, quais os objetivos que elas devem cumprir no que diz respeito à formação do estudante. Podemos perceber na relação entre as disciplinas que compõem o currículo uma fragmentação de saberes que são incapazes, no contexto escolar, de dialogarem entre si. E, dentre a variedade de saberes produzidos ao longo da história do nosso pensamento, muitos parecem não merecer possuir um status de serem ensinados e praticados. Dessa forma, um currículo fragmentado e parcial só pode implicar na formação de um sujeito igualmente fragmentado e parcial. A reflexão que queremos propor a partir dessa questão é sobre a responsabilidade do professor em contribuir para pensar uma formação que tenha por valores e objetivos uma educação que leve em consideração às múltiplas faculdades, potencialidades ou capacidades do ser humano. Ou seja, uma formação que considere o ser humano em sua integralidade.

\*

Francisco das Chagas Pereira e Margarethe Steinberger-Elias (UFABC)  
**“A compreensão textual nos manuais didáticos de filosofia”**  
Orientadora: Margarethe Steinberger-Elias

Este trabalho aborda o problema da compreensão textual em manuais didáticos de Filosofia para o ensino médio. É um problema que impacta a linguagem e a comunicação do professor em atividades que envolvem o ensino-aprendizagem de habilidades e competências ou a assimilação de conteúdos do currículo. Para a filósofa Lídia Maria Rodrigo (2009), a inserção da Filosofia e da Sociologia no currículo da escola básica brasileira trouxe para o professor dessas disciplinas o desafio de ensinar de um modo que faça sentido na vida dos jovens estudantes. Antônio Severino, professor da Universidade de São Paulo (USP), enfatiza que o importante é que o aluno tenha uma visão da Filosofia, pouco importando se ele, ao término do ensino médio, vai seguir carreira acadêmica ou inserir-se no mundo do trabalho (GALLO; KOHAN, 2000, p.12). Mas não existe um método único e universal para o ensino da Filosofia. E, de qualquer modo, a transmissão do legado filosófico ao jovem estudante brasileiro depende principalmente, de um lado, da linguagem e comunicação do professor e, de outro lado, das estratégias pedagógicas adotadas para compreensão dos textos filosóficos. O problema da compreensão de textos em manuais didáticos abarca tanto o texto do autor, geralmente um professor de Filosofia, como o entendimento de alguns trechos de textos filosóficos clássicos que são selecionados e transcritos para complementar e aprofundar as explicações do autor. Nos dois casos, trata-se de um problema complexo, que envolve não só a transmissão de conceitos e ideias, mas também os recursos e os meios que podem ser utilizados para traduzi-los, torná-los mais acessíveis, aclará-los, desfazer suas ambiguidades, construir modos alternativos de expressão que tenham melhor eficácia comunicativa. Um dos recursos adotados com mais frequência nos textos dos manuais didáticos é o das paráfrases, que são reformulações de linguagem com o objetivo de

facilitar a compreensão. Investigar o uso das paráfrases e como elas podem facilitar a interpretação de textos é uma forma de trabalhar em defesa da Filosofia e torna-la mais acessível como instrumento de reflexão crítica e transformação social. Neste trabalho são apresentados alguns exemplos de tipos de paráfrases e como podem contribuir para facilitar a compreensão textual.

\*

James Jesuino de Souza (IFPA)

**“O ensino de Filosofia no Ensino Médio Técnico e Tecnológico: a *tékhnē* filosófica como questionamento da experiência com a técnica e possibilidade para aulas oficinas de pensamento”**

Ao que tange a questão do ensino de filosofia, bem como a sua contrarreforma com frequência nota-se que certas discussões filosóficas restringem-se a um ensino fragmentado que não perpassam pelo crivo do questionamento. Noutro sentido, o ensino de filosofia se estabelece como técnica em sua dimensão prática, como em que os alunos apenas dissecam os textos lidos. Desse modo, o que se pretende aqui é um ensino de filosofia que seja deleuziano, em que os alunos possam ser “filósofos e amigos dos conceitos” em que estes sejam conceito em potência, ou seja, que as aulas de filosofia sejam o lugar da arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, (aulas *teckné* no sentido mais filosófico possível) pois, os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos, eles são produzidos, elaborados, lapidados, e isso só se consegue com a maestria como um verdadeiro artesão. Desta forma a partir das leituras de Heidegger e Foucault, a tarefa da filosofia é questionar a técnica fazendo um diagnóstico do presente (sentido ontológico), em que esse questionamento possibilite romper com a objetividade dominante da técnica e promova uma experiência ético-estética da mesma. Logo, a presença desta disciplina oferecida por meio de oficinas do pensamento como nos diz Gallo (2008) se faz de suma importância no Ensino Técnico por possibilitar a formação de uma subjetividade autônoma como forma de resistência as forças de sujeição e como possibilidade de construirmos outra experiência com a técnica. Então, propõem-se aqui, analisar o papel da filosofia no Ensino Médio Técnico através da construção de um conceito de filosofia como *étymos tékhne* (técnica autêntica), em que o dizer verdadeiro (*parresía*) e a prática de si (*epiméleia heautoû* = cuidado de si) conduzam a transformação de si mesmo. O que está em inteira conformidade com o que propõem Deleuze: (...) a filosofia tira conceitos (que não se confundem com ideias gerais ou abstratas), enquanto que a ciência tira prospectos (proposições que não se confundem com juízos), e a arte tira perceptos e afectos (que também não se confundem com percepções ou sentimentos). Em cada caso, a linguagem é submetida a provas e usos incomparáveis, mas que não definem a diferença entre as disciplinas sem construir também seus cruzamentos perpétuos. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 37) A proposta de Deleuze; Guattari (1997) está inteiramente em conformidade com o que afirma Aspis (2012) “a filosofia é criação”. E se ela é criação obviamente é *téckne* filosófica, pois a filosofia não tem nada a ver com “sistemas de não tem nada a ver com controle”. Ou na melhor das hipóteses ela tem na medida em que esta seja resistência das formas de controle. O que ecoa diretamente na fala de Foucault quando este afirma sobre o diagnosticar o modo como constitui-se a autonomia, do sujeito. (FOUCAUT, 2005<sup>a</sup>, p. 344-45). Nesse sentido, não são meros conteúdos prescritos ou regulados pelo Estado que tornarão um ensino de filosofia efetivo.

\*

José Costa Júnior (IFMG/Campus Avançado de Ponte Nova)

**“Entre problemas e história: O ensino de filosofia em cursos técnicos integrados”**

O objetivo deste trabalho é abordar os limites e possibilidades do ensino de filosofia para cursos técnicos integrados ao ensino médio. Propomos primeiramente que, nesta modalidade de ensino, a disciplina de filosofia pode contribuir amplamente para o desenvolvimento da capacidade reflexiva e argumentativa. Isso ocorre uma vez que os estudantes estão inseridos em atividades diversificadas em diferentes disciplinas, utilizando assim diversos conceitos. Além disso, ao apresentar problemas filosóficos das mais variadas áreas, se estimula os estudantes a esforços cognitivos que suscitam a reflexão e o desenvolvimento de posicionamentos. Dessa forma, a disciplina escapa à exposição das hipóteses lançadas pelos filósofos e filósofas ao longo da história, apresentando-se como um debate vivo e aberto, acerca de questões fundamentais da realidade e da condição humana.

## **MESA Ultrapassando Antinomias: Teoria e Prática, Mente e Corpo, Autoridade e Autonomia**

Angelo Anderson Andrade Coimbra e Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (Pós-Graduação em História, UFMG)

### **“Relato de experiência: dilemas e desafios no ensino de sociologia e filosofia”**

O trabalho tem o objetivo de ser um relato de experiência de dois professores da rede de educação pública de Minas Gerais sobre as práticas de ensino em Sociologia e Filosofia. As condições sociais, a organização escolar, o cotidiano em sala de aula e a vivência com os alunos são critérios relevantes para a consolidação de uma carreira profissional como docente. A prática sociológica e filosófica em sala de aula com conceitos e situações da vida dos discentes e o olhar do pesquisador direcionado para a experiência diária na convivência escolar possibilitam construir uma concepção mais nítida sobre o que é proposto em livros didáticos e o que é possível de ser praticado no ambiente escolar, respeitando os diferentes tempos de alunos, escola, comunidade e profissionais da educação. A criação e a efetivação de projetos, a aproximação com disciplinas que constituem o conhecimento escolar e o uso de metodologias como seminários, filmes e documentários, encenação teatral e imagens (em suas diversas modalidades como pintura, desenhos, charges) são propostas vivenciadas em comunidades escolares que carregam em si conceitos filosóficos e sociológicos importantes para construção do conhecimento. A relação entre professor e alunos se torna importante para que as matérias sejam fortalecidas com contribuição, respeito e dedicação por ambos os sujeitos escolares. Em determinadas situações, a Filosofia e a Sociologia são consideradas irrelevantes para o conhecimento e isso leva ao desmerecimento da área e do profissional. Assim, buscamos relatar as experiências vivenciadas no ambiente escolar de forma a contribuir para uma reflexão sobre as alegrias e os percalços dos profissionais em educação por meio da vivência de dois professores da rede pública de educação do Estado de Minas Gerais.

\*

Cíntia de Oliveira Teixeira Sousa (CEFET-MG)

### **“O lugar do corpo na Educação Profissional Tecnológica: possibilidades para uma educação integradora”**

Orientadora: Debora Pazetto Ferreira

A relação quiasmática entre corpo, Educação Profissional e filosofia é tema de discussão deste estudo, que faz parte de uma pesquisa sobre a questão do corpo na Educação Profissional e Tecnológica. Sabemos que o corpo há muito é estudado por teóricos das mais diversas áreas. Dentre elas, estão pesquisas pioneiras com enfoque histórico e filosófico. Desde a filosofia clássica de Platão até a nossa contemporaneidade, encontramos reflexões sobre o corpo. As pesquisas mais recentes, a partir do século XIX, concentram suas discussões na área da cultura que envolve a psicanálise, o pós-estruturalismo, a fenomenologia e a semiótica. Experiências artísticas, debates na área médica, na antropologia, sociologia e tecnologia também erigem o corpo como tema de estudo. No entanto, apesar da cognição acontecer no corpo, poucas pesquisas trabalham com o referido tema em Educação, exceto nas áreas da Educação Infantil e Educação Física que, ainda assim, trabalham o conceito numa compreensão herdada do cartesianismo. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, há pouquíssimas pesquisas acadêmicas como teses e dissertações que erigem o corpo como reflexão de cognição bem como reflexão sobre a formação integral do sujeito. Se há poucas

pesquisas que referenciam o corpo, qual a necessidade de trazer à tona tal reflexão? Que contribuição a temática do corpo oferece para pesquisadores e estudiosos da EPT? O novo paradigma da educação nos adverte para a formação integral do sujeito. Tal conceito vai além dos aspectos da racionalidade ou cognição. Ele dá importância também ao olhar, às artes, à estética, significa desenvolver as dimensões afetivas, artísticas, espirituais, os valores, no fim das contas, o corpo. Neste contexto, vislumbramos nesta proposta de estudo para romper com a clássica dicotomia cartesiana a ideia de corpo-próprio na filosofia de Merleau-Ponty. Educar o ser humano para o movimento e ação e para as emoções não apenas resgata como valida o corpo enquanto “lócus” de cognição. Esta constatação difere de uma educação pautada na razão pura. Não é possível pensar em uma educação emancipatória e igualitária sem superar a clássica divisão entre educação acadêmica e educação profissional; entre ciência e técnica; entre trabalho intelectual e manual. Em última instância, todos estes binômios apresentados reforçam a desvalorização do corpo como estatuto inferior na hierarquia do conhecimento e, conseqüentemente do trabalho. Para tanto, nosso estudo tem como foco resgatar o conceito de corpo em Descartes para entender onde surge com maior radicalidade a cisão entre corpo e mente e suas conseqüências na área educacional. Posteriormente, apontaremos possíveis caminhos das relações entre corpo e educação, com base em uma fenomenologia do corpo e sua relação com os processos cognitivos. Por fim, apresentaremos indicadores para pensar o corpo na educação profissional e tecnológica.

\*

Cleyton Murilo Ribas (IFSC)

### **“Filosofia como instituição reacionária: A viabilidade de uma base argumentativa para o ensino profissional”**

A presente exposição tem como escopo aprofundar as antinomias da disciplina filosófica a partir do pensamento de Jacques Derrida e de sua experiência com o grupo de pesquisa em ensino de filosofia GREPH. Baseado na defesa por uma militância engajada, o pensador argelino propõe a necessidade de uma escritura capaz de desconstruir e reafirmar a filosofia em uma aliança essencial de dois grandes movimentos: combater o predomínio da formação de competências técnicas e da rentabilização do saber pela competitividade econômica. A filosofia surge como alternativa social ao pressuposto de que a barbárie prevalece ao processo de burocratização do capital. A capacidade dialógica inerente à atividade filosófica não pode ser reduzida às ações de ensino, aos eventos escolares e à estruturação institucional, mas transbordar aos próprios limites, proporcionando condições de orientação das instituições educacionais em seus debates e elaborações dos questionamentos dos seus textos institucionais. O objetivo da filosofia é de transgredir os constrangimentos institucionais e sociais pela análise da história e dos efeitos das próprias instituições em seu processo de consolidação. Sinaliza-se para o engajamento da filosofia e do seu ensino na esfera técnica como abertura militante capaz de modificar as noções de cultura, ciência e técnica e sua difusão pelo paradigma da comunicação, angariada por tentativas de elaboração de novos meios do fazer filosófico, linguístico e formativo no contexto social e formativo. Para Derrida, é impossível negar que a instituição educacional é composta por um conjunto de simulações não-objetiváveis que na maioria das vezes estão dispostas por uma autoridade didática violenta em seu fazer pedagógico. Cabe à condição de professor de filosofia vincular sua capacidade de exercer papéis metafóricos nos diferentes espaços que ocupa, capaz de refutar a repetição do sistema bárbaro de institucionalização do saber e promover novos horizontes capazes de viabilizar a autonomia e o diálogo entre as diferentes esferas de atuação, proporcionando o fim da perpetuação da hierarquia social constituída.

Elton Basílio de Souza e José Geraldo Pedrosa (CEFET-MG)

**“O saber-fazer na pós-modernidade: refletindo sobre a educação profissional através do pensamento de Richard Sennett e Donald Schon”**

Orientador: José Geraldo Pedrosa

Este artigo discute o paradigma da pós-modernidade e sua ressonância no campo da educação profissional, enxergando nas contribuições de Richard Sennett e Donald Schon alternativas pedagógicas apropriadas para reflexão sobre os desafios que se estabelecem na contemporaneidade. O pensamento ocidental insere-se numa zona de tensão onde os alicerces epistemológicos modernos encontram resistência por aquilo que se convencionou denominar pós-modernidade ou pós-modernismo, panorama que tem provocado rupturas no saber. Esse horizonte de instabilidade faz surgir dilemas ao campo educacional, exigindo dos pesquisadores da área um inadiável diálogo em busca de novas sínteses, sob pena de transformar o espaço escolar num ambiente em sensível descompasso com as céleres transformações do século XXI. Busca-se, num primeiro momento, realizar um contraponto entre as características da modernidade e da pós-modernidade, evidenciando a polêmica em torno da existência (ou não) daquilo que se convencionou chamar pós-moderno. A discussão prossegue buscando possíveis interfaces entre o pensamento de Richard Sennett e Donald Schon, no intuito de entender em que medida esses autores dialogam em torno de uma “cultura reflexiva” e podem servir de vetores numa ressignificação de práticas pedagógicas capazes de romper com o tecnicismo presente na educação profissional. A elaboração em defesa de uma educação profissional conectada com as intensas transformações que marcam nosso tempo se pauta, por fim, nas contribuições de Donald Shon em sua obra “Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem”. Shon advoga em prol de uma educação baseada em uma reflexão na ação, fomentando um ensino cujo aprender através do fazer seja privilegiado, rompendo em grande medida com as perspectivas modernas que legitimam a cisão entre teoria e prática, mente e corpo, fazer e pensar.

## MESA Concepções do Ensino de Sociologia

Davidson de Oliveira Rodrigues (Instituto Federal do Sul de Minas/Machado)

### **“Sociologia nos cursos técnicos em Agropecuária: desnaturalizando a relação campo-cidade”**

A presente comunicação analisa as possíveis abordagens para o ensino de Sociologia nos cursos técnicos e integrados de Agropecuária (nível médio). Trata-se de problematizar como as relações do tipo campo-cidade encontram-se naturalizadas no imaginário coletivos dos alunos. A comunicação é resultado de uma reflexão acerca das possibilidades e dificuldades do ensino de temas sociológicos no Instituto Federal do Sul de Minas, Campus Machado. Importa compreender como as concepções de jovens oriundos de ambientes rurais não se integram às categorias conceituais abordadas na disciplina de Sociologia. Pensamentos conservadores espontaneamente apresentados pelos discentes se chocam com lições orientadas a partir de pensamentos progressistas e calcados no respeito aos Direitos Humanos. Os adolescentes e jovens adultos expressam um conjunto de lugares comuns acerca da propriedade privada (urbana ou rural), tomada na maioria das vezes como valor absoluto. Além disso, demandas de grupos sociais (indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais) por acesso à terra costumam ser desqualificadas. No entanto, os discentes parecem recear o ingresso no ambiente de trabalho sul-mineiro, caracterizando as relações trabalhistas do campo como autoritárias. Nesse sentido, temem tanto o desemprego quanto o assédio moral no exercício profissional, reconhecem, portanto, o caráter autoritário e conservador do ambiente em que vivem. Para qualificar essa percepção como um problema sociológico faz-se necessário desconstruir o mito da “riqueza do Sul de Minas”, compreendendo a função histórica da região como segmento de produção e distribuição de alimentos e da monocultura do café. Compete evidenciar como uma sociedade originalmente escravista restringiu a atuação dos trabalhadores livres e desqualificou a atuação dos negros, índios e mestiços. A abordagem dessa temática em sala de aula tem gerado nos alunos uma série de questionamentos. Apesar de valorizarem a autoimagem de “habitantes da roça”, almejam possibilidades profissionais fora do universo de atuação mais imediato do técnico em Agropecuária. Nesse contexto, a importância da sociologia no Ensino Médio Profissional precisa ser ressaltada, uma vez que ela é instrumental teórico para recuperar as memórias de lutas rurais e urbanas em pequenas e médias cidades. Ou seja, o ensino de Sociologia é essencial para a avaliação do estudante sobre a posição política e social ocupada pelo profissional técnico de nível médio.

\*

Fábio Boscaglia Pinto (IFES)

### **“Sociologia e Empreendedorismo: duas visões dentro da educação profissional”**

Este texto se constitui como uma análise comparativa do ensino de sociologia e o ensino de empreendedorismo no Instituto Federal do Espírito Santo no Campus Montanha, se apropriando dos conceitos marxistas de interpretação da realidade social, para consequentemente, aplicá-los no âmbito educacional. Desse modo, pretende apreender o objeto de estudo, partindo das contradições do capitalismo tardio, numa perspectiva de compatibilização entre os aspectos vinculados à obtenção de consciência do lugar dos seres humanos na história e aqueles mais especificamente relacionados à inclusão humana na produção da vida. Considerando tais pressupostos, será desenvolvido um breve remonte do desenvolvimento histórico do ensino de sociologia na educação básica brasileira, simbolizando algumas das lutas históricas travadas pela classe trabalhadora

num processo contínuo de construção de um projeto contra hegemônico para a educação. Tal luta se descortina na atualidade quando nos deparamos com o desprestígio vivenciado pela disciplina de sociologia nas escolas de ensino básico, se comparada a outras disciplinas, assim como, uma grande adesão dos educadores às teorias neoclássicas ou pós-modernas de explicação da realidade, implicando em uma grande mudança de paradigmas para explicar a realidade social vigente. As diferentes visões defendidas pela sociologia e pelo empreendedorismo passam pelo mesmo processo de precarização das relações de trabalho na sociedade atual, porém, cada uma encontra uma saída para o entendimento e solução de tal problema. A sociologia desenvolve uma análise crítica dos processos de precarização, descortinando as novas faces do capitalismo atual, suas novas formas de exploração e flexibilização das relações de trabalho, a redução dos postos de trabalho, o acirramento das desigualdades, o aumento da pobreza e a depredação do meio ambiente. Para superar esse cenário, é necessário um novo projeto de sociedade construído pela classe trabalhadora, que seja contrário ao processo de exploração do trabalho, anule a existência de classes antagônicas, anulando a mercantilização da cultura e, conseqüentemente, a utilização da escola como elemento de propagação dos ideais burgueses de dominação societária. Por fim, pode-se dizer que para entender a realidade social e todas as instituições que a compõem, entre elas a escola, se faz necessário um pensamento crítico que não encobre uma série de contradições sociais historicamente construídas. Nessa perspectiva, a realidade social é desenvolvida pela prática humana e, portanto, pode ser transformada. Assim a educação, se constitui como um instrumento que possibilita despir as ideologias dominantes que reforçam uma estrutura social contraditória e, então, conduzir mudanças na realidade educacional.

\*

Fernanda Aparecida Costa Santos, Lavínia Apolyane Costa e Mariana Lara de Oliveira  
(Graduação em Engenharia Civil – IFMG/Campus Avançado Piumhi)

**“Flores em Canteiros: relações de gênero e formação profissional na construção civil – breve experiência sociológica”**

Orientadora: Mônica do Nascimento Barros

A dificuldade de acesso das mulheres aos setores profissionais e acadêmicos relacionados às carreiras tecnológicas encontra suas raízes em problemas seculares e duramente enraizados em práticas tradicionalistas, cuja causa escamoteada não seria outra, senão a do preconceito de gênero. É notório que a ascensão aos postos de trabalho de áreas como a engenharia são alicerçados pelo acesso à escolaridade e diretamente proporcionais à formação continuada que, até pouco tempo, constituíam-se como direitos sumariamente negados às mulheres. A Engenharia Civil situa-se entre as carreiras tecnológicas, historicamente associadas ao universo masculino, mas que desde o final do século passado vem alterando sua composição de gênero, em termos profissionais. Em grande parte, devido ao crescente fluxo de entrada de mulheres no mercado de trabalho – decorrente das sucessivas crises econômicas (desde meados da década de 1970) que atingiram financeiramente os arranjos familiares e, também, como reflexo das conquistas femininas pela igualdade de direitos. Todavia, estudos científicos demonstram que, apesar desta mudança no perfil de gênero, em termos de representação social; ou seja, das expectativas e papéis sociais que fundamentam e se reforçam nas interações estabelecidas nos espaços de formação e de relações de trabalho, as mulheres ainda não estão plenamente incorporadas nos diversos ramos da construção civil. Mantém-se nestes ambientes, práticas discriminatórias, que se manifestam de variadas formas – por exemplo, apoiando-se nas diferenças biológicas

para justificar competências, na desigualdade salarial ou, no acesso diferenciado aos postos de comando. Diante deste quadro geral, em resposta à atividade interdisciplinar (Língua Portuguesa e Informática) proposta aos discentes do 1º período em Engenharia Civil, a professora de Sociologia propôs como tema de pesquisa, “a inserção de mulheres no campo profissional da construção civil”, sendo escolhida pelo grupo por se identificarem com o tema proposto, e nesse âmbito, a professora sendo responsável pelo grupo, forneceu o suporte necessário para a construção de um artigo científico. Da motivação para construir um artigo científico, resultou Projeto de Iniciação Científica (bolsa PIBIC), projeto de extensão, e uma equipe que reúne 4 discentes, sendo uma bolsista e 3 outros como voluntários. Paralelamente, conteúdos e atividades de Língua Portuguesa e Sociologia interagiram, de modo que a relação “trabalho e gênero” pudesse ser abordada em conjunto, permitindo às respectivas turmas (1º e 3º períodos), reflexão multidisciplinar. Por outro lado, e como consequência, “relações de gênero” insere-se no percurso formativo, a partir dos projetos de pesquisa e de extensão que estão em curso, e de intervenções sociais planejadas para médio e longo prazo – todas estas iniciativas, alicerçadas na Sociologia. É, portanto, esta experiência, que pretende-se relatar na comunicação proposta para o Seminário.

\*

Nayara de Amorim Salgado (Pós-Graduação em Sociologia – Mestrado, UFMG)

### **“A Sociologia e suas principais contribuições epistemológicas para a formação tecnológica na modernidade”**

O objetivo desse artigo é discutir três principais contribuições epistemológicas da ciência sociológica para o ensino moderno, que são o estranhamento e desnaturalização da realidade; o auto esclarecimento sobre a realidade social e o embasamento teórico para ações de análise e intervenção social. Entende-se aqui o estranhamento dos fatos sociais como o ato de estranhar algo que não se conhece e ter uma sensação de inquietação perante fatos novos ou do desconhecimento de situações e de explicações sobre a sociedade. Segue assim a desnaturalização, que se trata do entendimento que os fenômenos sociais são construções sociais, políticos, econômicos, que acontecem historicamente, resultado das relações sociais. Essas são atitudes fundamentais para problematizar fenômenos sociais com o objetivo de conhecê-los de forma mais sistemática, condição necessária para ultrapassar as interpretações marcadas pelo senso comum, e realizar uma análise mais crítica e criteriosa. Com esse conhecimento, o indivíduo pode analisar a sua época e sua vida social de forma mais racional por uma perspectiva de que o mundo social é passível de ser modificado. Outra contribuição relevante, se trata do auto esclarecimento sobre a realidade social, que a ciência sociológica proporciona aos indivíduos, de forma que essa reflexão ocupa um papel central para a compreensão das forças sociais que vêm transformando nossas vidas nos dias de hoje. Torna-se relevante por levar a uma contextualização da produção do conhecimento e da ciência, a percepção de outras culturas, a necessidade de relativização cultural. Finalmente, outra contribuição sociológica para o ensino é aquela voltada para a possibilidade de embasar ações, projetos, políticas que visam intervir na realidade social de forma mais democrática, eficaz e de acordo com as necessidades dos grupos atingidos, já que todo conhecimento é um conhecimento social, pois é produzido em sociedade e para a sociedade. Assim, esses atributos intrínsecos a Sociologia que remetem ao seu aspecto reflexivo, são de grande relevância para a formação humana e social dos estudantes. Visando o contexto sociopolítico brasileiro atual em que mudanças na legislação aconteceram de forma pouco democrática causando prejuízo para o ensino

da disciplina, torna-se de grande importância o debate sobre as contribuições insubstituíveis dessa ciência.

\*

Patrick Dias Guimarães (SEE-MG)

### **“A Sociologia no ensino médio: expectativas e desafios”**

Orientador: Alexandre Ferraz Herbetta

O presente trabalho tem como proposta pensar a sociologia no Ensino Médio, procurando definir quais contribuições a mesma pode trazer para os alunos e para a própria estrutura do Ensino Médio, através das propostas pedagógicas estipuladas pelo regimento da educação (Lei de Diretrizes e Bases, Parâmetros Curriculares Nacionais, etc). A disciplina de sociologia vive um novo período histórico no Brasil: passa a compor o currículo do Ensino Médio, conforme aprovação em sete de julho de 2006, através do parecer nº38/2006 do conselho Nacional de Educação que exige a inclusão obrigatória da disciplina sociologia como componente curricular do Ensino Médio em todo o território nacional. Uma conquista apreciável para o sistema educacional brasileiro e para todos que anseiam melhorias na educação do país, de acordo com o que diz o Art. 36, parágrafo 1º - inciso III, da lei nº 9.394/96: “para um processo educacional consistente e de qualidade na formação humanística de jovens que deseja se sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas”. Em 2 de junho de 2008, o presidente em exercício José de Alencar, sanciona a Lei nº 11.684, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. A lei entra em vigor na data da sua publicação, 03 de junho de 2008. No início do século XXI a Sociologia encontra-se com novas potencialidades e desafios, ocorridos das mudanças intensas e complexas dos seus objetos. Perante as transformações rápidas que apreendem todas as esferas da vida social e refletem nos modos de pensar e atuar, nos sistemas de poder, nas configurações de vida e trabalho, nas formas de organização espacial e do tempo, a Sociologia encontra-se provocada a reformular e a recriar (mas também a reafirmar) conceitos, métodos e maneira de análise da conjuntura social. São diversos os cientistas sociais que procuram compreender a natureza e o significado das transformações em curso. As várias interpretações dos elementos que compõem a sociedade capitalista atual fazem nascerem distintas perspectivas e teorias, que se empenham na sua explicação e entendimento. Termos e expressões como mundialização financeira, globalização, modernidade-mundo, reestruturação produtiva, neoliberalismo, contra-revolução liberalconservadora, qualidade total, aldeia global, mundo virtual, aparecem nas pesquisas e embates sobre as novas configurações do capitalismo e seus processos, nas formas de sociabilidade engendradas. Características como a intensa mobilidade e concentração do capital, os processos de liberalismo econômico e de desregulamentação financeira, a transformação rápida dos métodos técnicos e sociais da produção, a nova divisão universal do trabalho e a formação de grupos geopolíticos e geoeconômicos, o crescimento acentuado da comunicação digital e a construção de uma cultura de massa em esfera mundial são representados nas análises e teorias sobre os sentidos e a eficácia destes movimentos.

REALIZAÇÃO:

**Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG**

APOIO:

